



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARÍLLIA DE FREITAS SALES ARAÚJO

**ATIVOS INTANGÍVEIS: Um estudo sobre a evidenciação nas
empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na
BM&FBovespa**

CAMPINA GRANDE – PB
2014

MARÍLLIA DE FREITAS SALES ARAÚJO

**ATIVOS INTANGÍVEIS: Um estudo sobre a evidenciação nas
empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na
BM&FBovespa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharela em Contabilidade.

Orientadora: Profa. MSc Karla Roberta Castro Pinheiro Alves.

CAMPINA GRANDE – PB
2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA1 – UEPB

A663a Araújo, Marília de Freitas Sales.

Ativos intangíveis: um estudo sobre a evidenciação nas empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa [Manuscrito]. / Marília de Freitas Sales Araújo–2014.

19f.:il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, 2014.

“Orientação: Msc. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves”.

1. Ativos intangíveis. 2. Evidenciação. 3. Bens industriais. I. Título.

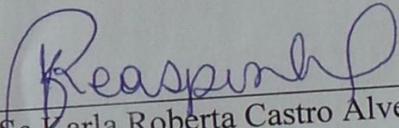
21. ed. CDD 338.098 1

MARÍLLIA DE FREITAS SALES ARAÚJO

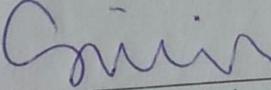
**ATIVOS INTANGÍVEIS: Um estudo sobre a evidenciação dos
nas empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na
BM&FBovespa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação de Ciências Contábeis
da Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Bacharela em Contabilidade.

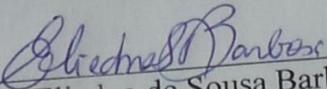
Aprovada em 25/02/2014.



Profa. MSc Karla Roberta Castro Alves / UEPB
Orientadora



Prof. Vania Vilma Nunes Teixeira / UEPB
Examinadora



Profa, MSc Eliedna de Sousa Barbosa / UEPB
Examinadora

RESUMO

ARAÚJO, Marília de Freitas Sales¹. **ATIVOS INTANGÍVEIS: um estudo sobre a evidenciação nas empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa**. 2014. 17 f.. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, 2014.

O objetivo deste trabalho foi analisar quais os ativos intangíveis evidenciados pelas empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa nos anos de 2011 e 2012. Para atingir o objetivo principal, foi necessário verificar os tipos de ativos intangíveis evidenciados, identificar a representatividade dos ativos intangíveis em relação aos ativos totais e apresentar os ativos intangíveis mais representativos divulgados pelas empresas industriais listadas na BM&FBovespa. Para isso, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo dos relatórios financeiros do ano de 2011 e 2012 das empresas classificadas. A amostra foi composta pelo setor de bens industriais representados em 26 empresas listadas na BM&FBovespa, no período compreendido entre 2011 a 2012. Os resultados mostraram que o *software* (73,08%) é o ativo intangível mais presente nas entidades, embora o mais representativo monetariamente seja o ágio (responsável por mais de 90% do valor da conta intangível na maioria das companhias em que ele se fez presente). Além disso, identificaram-se as empresas 4, 6 e 15 como as com maior participação de ativos intangíveis em relação aos ativos totais, com percentuais de 43,38%, 36,26% e 35,37%, respectivamente. Entretanto, pesquisas futuras podem considerar ampliar a amostra e aplicar o mesmo instrumento ou, ainda, investigar questões pontuais, como o tratamento dos critérios de avaliação dos ativos intangíveis.

Palavras-chave: Ativos intangíveis. Evidenciação. Bens industriais.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI vem sendo caracterizado pela dinamização dos mercados e dos avanços tecnológicos. Com a internacionalização dos negócios, o desenvolvimento na tecnologia da informação, a facilidade do comércio eletrônico e a valorização da marca, o âmbito das empresas se torna cada vez mais competitivo. Surge, então, a busca avassaladora por vantagens econômicas e fatores que diferenciem as empresas.

Capital intelectual, pesquisa e desenvolvimento, marcas e patentes, *softwares*, franquias e licenças, *goodwill*, configuram-se como os novos propulsores do ambiente econômico. Segundo Perez e Famá (2006), vários autores têm concordado que a geração de riqueza dentro das empresas estaria diretamente relacionada com os ativos intangíveis, por estes ativos serem responsáveis pelo desempenho econômico superior e pela geração de valor aos acionistas. Desse modo, para os referidos autores, “a contabilidade precisa direcionar

¹ Graduanda do curso de Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba. marillia_sales_09@hotmail.com.

esforços para registrar esses ativos estratégicos e desenvolver uma forma de evidenciá-los”, já que ela tem como função uma grande responsabilidade social em fornecer aos seus variados usuários informações confiáveis, precisas e transparentes, sendo ela a linguagem universal dos negócios.

Com o advento da internacionalização dos mercados, torna-se necessária a adoção de um único conjunto de normas internacionais de contabilidade, proposta pelo IASB (*International Accounting Standards Boards*) e aplicável a diversas entidades, que auxilie no processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis. No Brasil, essa convergência só se torna possível com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC nº 1.055/05 e pelas alterações na legislação societária brasileira, por meio da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, com a emissão de um pronunciamento específico para os ativos intangíveis, o CPC 04 – R1, que define a forma de reconhecimento, mensuração e evidenciação aplicados às empresas que possuem e registrarem ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis elaboradas a partir do exercício de 2008. Além do pronunciamento citado, o CPC divulgou, também, o CPC 15 – R1 (combinações de negócios), com itens específicos sobre reconhecimento e mensuração do *goodwill*, que vem auxiliar sobre a temática em questão.

Diante do exposto, e da importância sobre o tema, buscou-se responder à seguinte problemática: **quais são os ativos intangíveis evidenciados pelas empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa no biênio 2011/ 2012?** O estudo teve como objetivo geral verificar quais os ativos intangíveis evidenciados pelas empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa no biênio 2011/ 2012. Para atingir o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: (i) verificar os tipos de ativos intangíveis evidenciados; (ii) identificar a representatividade dos ativos intangíveis em relação aos ativos totais; (iii) apresentar os ativos intangíveis mais representativos divulgados pelas empresas industriais listadas na BM&FBovespa.

Para os estudiosos, a investigação sobre os ativos intangíveis é de extrema importância, dada a crescente e acentuada participação no valor agregado às empresas e aos sócios. São milhões de dólares associados a itens não corpóreos. Cada vez mais, as entidades estão envolvidas com ativo intangível. A forte competição no mercado e a expectativa potencial de lucros futuros acima do esperado respaldam a avaliação dos intangíveis. Neste ambiente, a contabilidade tem como desafio o tratamento a ser dado a esses ativos. Dessa forma, este trabalho se justifica.

O mesmo está estruturado por essa presente introdução, seguida do referencial teórico que fundamenta o estudo proposto, bem como a metodologia utilizada, os resultados obtidos e as considerações finais e as referências consultadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

Dentro da Teoria da Contabilidade, os ativos intangíveis tratam-se de um dos temas mais complexos, pelas dificuldades de definição e, principalmente, por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007). Estudar os intangíveis significa entrar em uma das áreas mais desafiadoras de contabilidade e finanças empresariais (MACHADO; FAMÁ, 2011).

A contabilização dos ativos intangíveis passou a ser classificada no grupo de contas do ativo a partir da promulgação da Lei nº 11.638/07 e das alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, incluindo os ativos intangíveis no contexto do balanço patrimonial, em virtude do processo de harmonização das normas. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, atualmente o órgão responsável pela emissão de pronunciamentos em observância às normas internacionais, emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), que estabelece o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis, como os critérios de reconhecimento e mensuração de tais itens.

O termo intangível vem do latim *tangere*, que significa tocar. Logo, os bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico. Contudo, a tentativa de relacionar a etimologia da palavra intangível à definição contábil dessa categoria não será exitosa, haja vista que muitos outros ativos não possuem tangibilidade e são classificados como se tangíveis fossem, tais como: despesas antecipadas, duplicatas a receber, aplicações financeiras etc. “Isto porque os contadores têm procurado limitar a definição de intangíveis restringindo-a a ativos não circulantes” conforme afirmam Hendriksen e Breda (2007, p. 388).

O intangível tem, como principais características, a não existência de corpo ou matéria e sua potencialidade de gerar benefícios futuros para as empresas. De acordo com a nova visão contábil, a principal característica de um ativo é a sua capacidade de proporcionar benefícios futuros para a organização. É notório que, atualmente, os bens imateriais têm uma importância muito grande na geração de benefícios econômicos, bem como na mensuração do valor real do ativo de uma empresa, que pode ser material ou imaterial. Então, é coerente afirmar que o valor das empresas não se restringe à soma dos valores de seus ativos tangíveis.

A Lei nº 11.638/07 conceitua o ativo intangível como os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) define que o ativo intangível é um ativo não monetário identificável, sem substância física (CPC, 2012). Para Ritta e Ensslin (2010), os ativos intangíveis são bens sem substância física, que dão ao seu proprietário expectativa de benefício econômico futuro, bem como proporcionam vantagens competitivas e condições estratégicas de diferenciação no mercado.

Um dos conceitos mais adequados, segundo teóricos da contabilidade, é o de Kohler (apud IUDÍCIBUS, 2009, p. 203), segundo o qual os intangíveis são “ativos de capital que não têm existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário”.

Diante disso, pode-se definir ativos intangíveis como sendo recursos incorpóreos controlados pela empresa capazes de produzir benefícios futuros.

2.2 RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Muitos itens podem ser identificados como ativos intangíveis, os exemplos mais comuns, de acordo com o CPC 04 – R1, são: *software*, *ágio*, *marcas*, *patentes*, *fundo de comércio*, *relacionamento com clientes ou fornecedores*, *direitos contratuais*, *direitos legais*, entre outros. Entretanto, muitos intangíveis não são implantados no balanço patrimonial, mas sim reconhecidos como despesas.

Neste sentido, dois critérios são de fundamental importância para que um ativo intangível possa ser identificado. O primeiro é que o item se enquadre no conceito de ativo, ou seja, ser um recurso: (a) controlado pela entidade como resultado de eventos passados; (b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade; e (c) seja mensurado em bases confiáveis. O segundo ponto é que esse ativo satisfaça o critério de identificação de um ativo intangível, quando: (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso pela entidade; ou (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Sendo assim, pode-se entender que os ativos intangíveis são os recursos incorpóreos identificáveis e controlados pela entidade capazes de produzir fluxos de caixa futuros. No que

diz respeito ao reconhecimento, o CPC 04 (R1) enuncia que um fator econômico é reconhecido como ativo intangível quando: atender à definição de ativo intangível; for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

O CPC 04 (R1) trata das condições de reconhecimento de seis tipos de ativos intangíveis: os ativos intangíveis adquiridos separadamente; os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios; os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamental; das permutas de ativos intangíveis; do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente; e os ativos intangíveis gerados internamente.

O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), no item 51, estabelece que, por vezes, seja difícil avaliar se um intangível gerado internamente se qualifica para reconhecimento como ativo intangível, devido às dificuldades para se identificar o seu custo e se há geração de benefícios econômicos futuros.

No entanto, segundo Lagioia (2012), por intermédio de uma combinação de negócios, os intangíveis gerados internamente pela entidade adquirida podem ser reconhecidos como ativos intangíveis pela entidade adquirente desde que ela (a adquirente) possa identificar, controlar e ter uma razoável segurança sobre a geração de benefícios econômicos futuros. Caso contrário, o intangível não poderá ser classificado como ativo intangível e será contabilizado como *goodwill* (ágio).

O CPC 04 (R1) diz que, para avaliar se um intangível gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento, a entidade deve classificar a geração do ativo, na fase de pesquisa e na fase de desenvolvimento. Caso não se consiga diferenciá-las, o gasto com o projeto deverá ser tratado como incorrido apenas na fase de pesquisa e não deve ser reconhecido. Nesta fase, a entidade não está preparada a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros, sendo assim, esses gastos devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Tratando-se de um ativo intangível resultante de desenvolvimento, o pronunciamento enuncia que aquele somente deve ser reconhecido se sua entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados no CPC 04:

- (a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- (c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;

(d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;

(e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e

(f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

No caso da fase de desenvolvimento, uma vez que ela é mais avançada do que a fase de pesquisa, a entidade pode, em alguns casos, identificar um ativo intangível e demonstrar que este gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Quanto aos gastos incorridos com marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens semelhantes, estes não podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo. Sendo assim, essas classes não devem ser reconhecidas como ativos intangíveis (CPC, 2012).

Em se tratando de *software*, há certas considerações que devem ser observadas (separação do *software* com o *hardware*) para que o *software* possa ser reconhecido como ativo intangível. Portanto, vários são os ativos identificados, porém para serem reconhecidos tem que ser provável a geração de benefícios econômicos futuros para a entidade e seu custo puder ser mensurado com confiabilidade.

Depois de reconhecido, a entidade poderá optar por mensurar seu ativo intangível pelo método de custo ou pelo método de reavaliação, desde que o método não esteja restringido por lei ou norma legal regularmente estabelecida.

A contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil, ou seja, o tempo de vida útil em que o presente ativo intangível irá proporcionar benefícios econômicos para a entidade que o reconhece em suas demonstrações financeiras. Pode ser considerado como um ativo com vida útil definida ou indefinida, devendo sempre haver uma explicação dos motivos que dão base à avaliação e os fatores mais importantes que levaram à respectiva definição, como, também, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização a serem utilizadas (CPC, 2012).

No caso de ativos intangíveis com vida útil definida, eles são amortizados de forma sistemática ao longo de sua vida útil estimada e apresentam as mesmas regras definidas para os ativos intangíveis (método utilizado, valor residual, momento do início da amortização, apropriação ao resultado, entre outros). A amortização deve acabar na data em que o ativo passa a ser classificado como mantido para venda ou incluso em um grupo de ativos classificado como mantido para venda ou, ainda, na data em que ele é dado baixo, prevalecendo, entre as opções, a que acontecer primeiro (CPC, 2012).

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não devem ser amortizados. Neste caso, a entidade deve verificar se esse ativo requer um teste de *impairment*, comparando o valor recuperável com o valor contábil, sempre que tiver indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor ou, ao menos, uma vez por ano.

O CPC 01 (R1), que fala sobre a redução ao valor recuperável dos ativos, determina que, mesmo não existindo evidências de que o ativo intangível está perdendo a capacidade de recuperar seu valor, anualmente, devem ser testados aqueles de vida útil indefinida e aqueles ainda não disponíveis para uso, bem como o *goodwill*.

Por fim, as empresas passam a evidenciar mais informações sobre os intangíveis tanto para atender os órgãos reguladores (evidenciação obrigatória) quanto para demonstrar maior transparência na sua administração (evidenciação voluntária) (MOURA et al., 2011).

Em se tratando da evidenciação obrigatória, convém que os ativos intangíveis sejam separados por classes: marcas, títulos de periódicos, *softwares*, licenças e franquias, direitos autorais, receitas, fórmulas, projetos, intangíveis em desenvolvimento e o total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecido como despesa no período, como, por exemplo, amortização de patentes, custos com empregados, taxa de registro de direitos legais etc.

Além disso, a entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis: com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizada; os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida; o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período; a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída; a conciliação do valor contábil no início e no final do período (CPC 04 – R1), como forma de mostrar aos investidores que a empresa realmente conhece e sabe quanto valem os seus intangíveis (ANTUNES; LEITE; GUERRA, 2009).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa, quanto ao seu objetivo, é de caráter descritivo, tendo em vista que tem a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010). Para alcançar o objetivo, foram analisados o balanço patrimonial e as notas explicativas das empresas brasileiras do setor de bens industriais que apresentaram informações financeiras à BM&FBovespa no biênio 2011/ 2012.

No que diz respeito aos procedimentos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e documental, a qual, segundo Santos (2005), pode ser elaborada com base em documentos já existentes, tais como: livros, periódicos como jornais e revistas, além de publicações como comunicação e artigos científicos, sendo estes recursos utilizados nesta pesquisa. Para aprofundar o conhecimento sobre a temática em questão, foram utilizadas publicações relacionadas aos ativos intangíveis e os relatórios financeiros das empresas financeiras.

3.1 POPULAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE COLETA

Para a presente pesquisa foram utilizadas, como amostra, 36 empresas do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa. A escolha do setor teve como base o julgamento dos autores, por considerar a relevância do setor e por conta de nele estar concentrado um grande número de empresas que possuem ativos intangíveis, segundo Lopes et al. (2013), o que faz com que a informação detalhada seja ainda mais necessária para os usuários das demonstrações contábeis dessas empresas, destacando-se a relevância deste estudo.

Em seguida, foram verificados os relatórios financeiros listados no sítio da BM&FBovespa², particularmente o balanço patrimonial e as notas explicativas. Nessa análise, duas empresas foram eliminadas porque não apresentaram o relatório do período de análise da pesquisa (2011 – 2012), foram elas: Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e Lark S.A. Maq. A empresa Equipamentos e Wiest S.A. e a Cobrasma S.A. foram excluídas por estarem com suas atividades encerradas. A Tupy S.A., a Metisa, a Metalúrgica Riosulense S.A., a Nordon Indústria Metalúrgica S.A. e a Plascar Participações Industriais S.A. foram excluídas por não haver saldo na conta do ativo intangível. A Baumer S.A. foi excluída por não apresentar relatório claro sobre seus ativos intangíveis. Sendo assim, a amostra da pesquisa foi de 26 empresas, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Empresas analisadas

(continua)

Nº	EMPRESA
1	AUTOMETAL S.A.
2	BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS
3	CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.
4	CSU CARDSYSTEM S.A.
5	DHB INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
6	DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A.
7	ELECTRO ACO ALTONA S.A.
8	EMBRAER S.A.
9	FORJAS TAURUS S.A.
10	FRAS LE S.A.
11	INDUSTRIAS ROMI S.A.
12	INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONTRUÇÕES
13	IOCHPE MAXION S.A.
14	KEPLER WEBER S.A.
15	LUPATECH S.A.
16	MAHLE METAL LEVE S.A.
17	MARCOPOLO S.A.
18	METALFRIO SOLUTIONS S.A.
19	MINAS MAQUINA S.A
20	RANDON S.A IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES
21	RECRUSUL S.A.
22	SCHULZ S.A.

² Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>.

Quadro 1 – Empresas analisadas

(conclusão)

N°	EMPRESA
23	VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A.
24	WEG S.A.
25	WETZEL S.A.
26	WLM – INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Fonte: Elaboração própria, 2014.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o programa Empresas.net fornecido pelo sítio da BM&FBovespa, que permitiu extrair os dados das demonstrações financeiras e notas explicativas e atingir aos objetivos propostos no exercício de 2013. Para determinação de frequências e porcentagens, foi utilizado o programa *Microsoft Office Excel 2010*.

4 ANÁLISE DE DADOS

Esta seção apresenta os resultados do levantamento de todos os balanços patrimoniais ativos e de todas as notas explicativas, visando responder ao problema da pesquisa e seus objetivos.

4.1 TIPOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS EVIDENCIADOS

Neste tópico, buscou-se verificar os tipos de ativos intangíveis evidenciados pelas empresas de bens industriais listadas no sítio da BM&FBovespa nos anos de 2011 e 2012. Das 26 empresas analisadas, como mostra a Tabela 1, constatou-se que o *ágio* e o *software* foram os principais ativos intangíveis presentes nas organizações. Os *softwares* foram evidenciados por 73,08% das empresas para os dois anos em estudo, essa frequência justificase por se tratar de uma ferramenta fundamental para o gerenciamento de atividades administrativas e operacionais. O segundo ativo intangível mais evidenciado é o *ágio* sobre aquisição de investimentos, de 57,69% (2011) e 53,85, (2012), o que mostra que as negociações que envolvem aquisições de empresas são uma das principais estratégias de gestão, muito embora tenha ocorrido uma queda nos totais desse investimento de um ano para o outro.

Marcas e patentes foram evidenciados por 38,46% (2011) e 50% (2012), mostrando um crescimento de 30% de um ano para o outro. Direito adquirido e desenvolvimento de produtos e projetos foram divulgados por 26,92% das empresas analisadas nos dois períodos em questão. Acervo técnico, carteira de clientes, fundo de comércio, gastos com aquisição e

instalação de *softwares*, concessões, desenvolvimentos de projetos, intangíveis em andamento, implantação de sistemas, projetos em andamentos, relacionamento com clientes e tecnologia, foram alguns dos ativos intangíveis evidenciados por menos de 10% das empresas pesquisadas, em ambos os períodos. Outros ativos intangíveis foram citados por 34,61% (2011) e 42,31% (2012) das empresas, não tendo nas notas explicativas qualquer descrição do que seriam “outros” ativos intangíveis.

Tabela 1 – Ativos intangíveis evidenciados

ATIVOS INTANGÍVEIS	2011 (frequência - %)	2012 (frequência - %)	EVOLUÇÃO
Acervo técnico	7,69	7,69	0
Ágio	57,69	53,85	- 6,65
Carteira de clientes	3,85	11,54	+ 200,00
Desenvolvimento de produtos/projetos	26,92	26,92	0
Direito adquirido	26,92	26,92	0
Fundo de comércio	3,85	3,85	0
Gastos (com aquisição e instalação de <i>softwares</i> , concessões, com desenvolvimento de projetos)	7,69	7,69	0
Intangíveis em andamento	7,69	7,69	0
Implantação de sistemas	3,85	3,85	0
Marcas e patentes	38,46	50,00	+ 30,00
Outros intangíveis	34,61	42,31	+ 22,25
Projetos em andamento	7,69	3,85	- 50,00
Relacionamento com clientes	-	7,69	-
<i>Software</i>	73,08	73,08	0
Tecnologia	-	3,85	-

Fonte: Elaboração própria, 2014.

Apesar de não ser o mais frequente dentre os intangíveis evidenciados, a conta carteira de clientes teve um aumento significativo de 2011 para 2012 de mais 200%. Isso indica que algumas empresas estão passando a utilizar a fidelidade com seus clientes como uma estratégia de gestão. Por fim, foi possível observar que, em 2012, surgiram dois novos ativos intangíveis, foram eles: relacionamentos com clientes (7,69%) e tecnologia (3,85%), o que leva à compreensão de que, mesmo havendo subjetividade no reconhecimento e mensuração dos intangíveis, as entidades têm os adquirido pelas suas características estratégicas de gestão.

4.2 REPRESENTATIVIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Na Tabela 2 é possível identificar o montante de ativos intangíveis (AIT) em relação ao total dos ativos (AT) das indústrias objeto de estudo. Percebe-se que a empresa 4 possui a maior participação de ativos intangíveis nos demonstrativos financeiros, com um percentual de 43,38% (2011). Este fato justifica-se por se tratar de uma empresa de processamento e

administração de meios eletrônicos de pagamento, ou seja, tem como estratégia o investimento e desenvolvimento de *softwares* de processamento para atender ao mercado. No ano de 2012, ocorreu uma queda no montante do ativo intangível para 43,19% em relação ao ativo total. O mesmo aconteceu com a empresa 6, que, no primeiro ano, apresentou o ativo intangível de 33,26% dos ativos totais e 33,24% no ano posterior, e com a empresa 15, que obteve uma redução mais significativa na representatividade de seus intangíveis de um ano para o outro (-53,17%) fator este justificado pela redução no montante do ágio, conforme evidências em notas explicativas. Já para as empresas 3 e 16, é possível observar um crescimento nos ativos intangíveis destas organizações do ano de 2011 para 2012.

Tabela 2 – Representatividade dos ativos intangíveis no total do ativo em 2011 e 2012

EMPRESA	2011			2012		
	AT (R\$ milhões)	AIT (R\$ milhões)	%	AT (R\$ milhões)	AIT (R\$ milhões)	%
1	2.312.562,00	296.897,00	12,84	2.588.601,00	363.867,00	14,06
2	835.574,00	13.134,00	1,57	768.680,00	15.250,00	1,98
3	2.647.457,00	571.644,00	21,59	2.479.819,00	623.212,00	25,13
4	330.937,00	143.567,00	43,38	337.259,00	145.665,00	43,19
5	271.085,00	12.944,00	4,79	237.103,00	13.722,00	5,79
6	15.861,00	5.276,00	33,26	15.702,00	5.219,00	33,24
7	238.009,00	523,00	0,22	254.190,00	615,00	0,24
8	16.616.375,00	1.516.189,00	9,12	19.393.667,00	1.959.441,00	10,10
9	1.114.327,00	41.741,00	3,75	1.263.747,00	61.181,00	4,84
10	780.283,00	17.393,00	2,23	897.342,00	19.544,00	2,18
11	1.781.434,00	8.132,00	0,46	1.614.560,00	45.493,00	2,82
12	3760.059,00	56.194,00	1,49	4.331.681,00	509.427,00	11,76
13	2.400.564,00	27.438,00	1,14	5.785.582,00	869.089,00	15,02
14	634.977,00	10.235,00	1,61	587.901,00	6.763,00	1,15
15	1.448.961,00	518.053,00	35,75	1.632.002,00	310.322,00	19,01
16	2.540.428,00	642.350,00	25,29	2.347.729,00	637.351,00	27,15
17	3.381.131,00	77.295,00	2,29	3.512.075,00	220.840,00	6,29
18	930.559,00	109.513,00	11,77	980.021,00	121.616,00	12,41
19	167.092,00	6.184,74	3,70	132.948,00	6.184,74	4,65
20	4.019.641,00	132.117,00	3,29	4.321.295,00	120.794,00	2,80
21	77.215,00	177,00	0,23	92.198,00	175,00	0,19
22	830.513,00	19.642,00	2,37	860.025,00	16.534,00	1,92
23	915.601,00	168.963,00	18,45	1.108.581,00	172.156,00	15,53
24	9.105.861,00	360.222,00	3,96	8.873.550,00	529.984,00	5,97
25	196.844,00	988,00	0,50	199.446,00	1.037,00	0,52
26	561.606,00	9.139,00	1,63	658.138,00	9.092,00	1,38

Fonte: Elaboração Própria, 2014.

As empresas 1, 18 e 23 apresentaram ativos intangíveis acima de 10% dos ativos totais, respectivamente 12,84%, 11,77% e 18,45% no primeiro ano e 14,06%, 12,41%, 15,53% no segundo ano. As demais indústrias apresentaram, em seus balanços patrimoniais, ativos intangíveis inferiores a 10% dos ativos totais, como mostra a Tabela 2.

4.3 REPRESENTATIVIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NAS EMPRESAS

Após verificar os tipos de ativos intangíveis evidenciados pelas entidades, bem como identificar a representatividade dos mesmos em relação ao ativo total, teve-se a ideia de apresentar quais seriam os ativos intangíveis mais representativos dentro do grupo do intangível, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Ativos intangíveis mais representativos dentro do grupo do intangível

EMPRESA	ATIVO INTANGÍVEL	VALORES (R\$ milhões)	
		2011	2012
1	Ágio	283.476	350.693
2	Ágio	5.005	5.005
3	Ágio	333.426	383.977
4	<i>Software</i>	117.653	119.726
5	Projeto em andamento	12.917	13.249
6	Acervo técnico	2.319	2.091
7	<i>Software</i>	523	615
8	<i>Software</i>	75.390	127.519
9	Ágio	32.499	48.682
10	<i>Software</i>	17.393	19.544
11	Cessão de direitos	5.128	3.353
12	Ágio	33.972	425.485
13	Ágio	21.404	731.015
14	Desenvolvimento de produtos	5.706	2.143
	<i>Software</i>	3.247	3.338
15	Ágio	494.050	289.296
16	Ágio	586.273	579.965
17	Ágio	65.453	184.512
18	Ágio	100.973	110.059
19	Direito adquirido	6.185	6.185
	<i>Software</i>	10.109	109.202
20	Intangíveis em andamento	100.735	1.568
21	Desenvolvimento de projetos	177	175
22	Desenvolvimento de projetos	16.158	12.536
23	Ágio	162.610	161.963
24	Ágio	331.541	498.769
25	<i>Software</i>	988	1.037
26	Fundo de comércio	8.920	8.920

Fonte: Elaboração Própria, 2014.

É possível constatar que 11 companhias de bens industriais apresentaram o ágio como o ativo intangível mais importante financeiramente no grupo do intangível. As empresas 12, 13, 24 apresentaram um aumento significativo no montante do ágio do ano de 2011 para 2012. Já as empresas 15 e 16 tiveram uma redução nos investimentos destes ativos. A primeira redução se deu pela não recuperabilidade do ágio, e a segunda ocorreu por projeções efetuadas pela Administração, que identificou e registrou um complemento para a perda na recuperabilidade de ativos para o ágio da controlada MAHLE Argentina S.A. Estas perdas

apuradas pela empresa 16 foram provenientes da situação macroeconômica da Argentina, de acordo com as notas explicativas.

Quanto aos *softwares*, 7 indústrias os tiveram como o intangível mais representativo dentro do grupo maior de intangíveis, apresentando um crescimento de um ano para o outro. A particularidade está nas empresas 14 e 20, que, em 2011, tiveram como intangível principal desenvolvimento de produtos e intangíveis em andamento, respectivamente, os quais tiveram uma redução em 2012, passando o *software* a ser o mais representativo nesse ano. Duas empresas apresentaram o intangível desenvolvimento de projetos como o mais expressivo para os dois períodos. Projeto em andamento, acervo técnico, cessão de direitos, direito adquirido e fundo de comércio foram apresentados pelas empresas 5, 6, 11, 19 e 26 como os intangíveis mais significativos dentro do grupo de intangível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forte competição no mercado e a expectativa potencial de lucros futuros acima do esperado respaldam a avaliação dos intangíveis. Neste ambiente, a contabilidade tem como desafio o tratamento a ser dado a esses ativos. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar quais os ativos intangíveis evidenciados pelas empresas brasileiras do setor de bens industriais listada na BM&FBovespa nos anos de 2011 e 2012.

No que se refere aos objetivos específicos, primeiramente constatou-se que os ativos intangíveis evidenciados pelas companhias são: acervo técnico, ágio, carteira de clientes, desenvolvimento de produtos/projetos, direito adquirido, fundo de comércio, gastos (com aquisição e instalação de *softwares*, concessões, com desenvolvimento de projetos), intangíveis em andamento, implantação de sistemas, marcas e patentes, outros intangíveis e projetos em andamento. Destaca-se o *software* (73,08%) como principal ativo intangível nas demonstrações, devido ao fato de ser uma ferramenta fundamental para o gerenciamento de atividades administrativas e operacionais.

Quanto ao segundo objetivo específico, identificou-se que as empresas 4, 6 e 15 apresentaram a maior participação de ativos intangíveis em relação aos ativos totais, com percentuais de 43,38%, 36,26% e 35,37%, respectivamente. Neste sentido, observa-se que empresas que operam em mercados globais e que demandam por tecnologias são as maiores dependentes de recursos intangíveis. Por fim, no terceiro objetivo específico, constatou-se que 11 companhias de bens industriais apresentaram o ágio como o ativo intangível principal financeiramente no grupo do intangível, mostrando que, apesar de o *software* ter sido o ativo

intangível mais frequente nas instituições, ele ficou na segunda posição do mais representativo monetariamente em relação aos ativos intangíveis totais.

Dentre os resultados apresentados, os que surpreenderam foram: a participação heterogênea dos intangíveis nas empresas investigadas, variando de 0,19% a 43,38%; e o fato de o ágio contribuir com, em média, 90% do valor do ativo intangível total.

Conclui-se que os ativos intangíveis, anteriormente reconhecidos como despesas, estão passando a ser implantados no balanço patrimonial (acervo técnico, implantação de sistemas e desenvolvimento de projetos), visto que apresentam os critérios de reconhecimento de ativo intangível, antes desconhecidos pelas entidades, e não de conta de resultado.

A limitação deste estudo encontra-se na delimitação do setor analisado, determinada por julgamento dos autores, considerando a relevância do setor e o número de empresas que possuíam essa classe de ativos, o qual contou apenas com 26 empresas, o que não permite a generalização dos resultados encontrados. Pesquisas futuras podem considerar ampliar a amostra e aplicar o mesmo instrumento ou, ainda, investigar questões pontuais, como o tratamento dos critérios de avaliação dos ativos intangíveis.

ABSTRACT

ARAÚJO, Marília de Freitas Sales. **Intangible assets: a study on the intangible assets disclosure in Brazilian companies of industrial goods sector listed on BM&FBovespa.** 2014. 17 f.. End of Course Paper – Accounting Course, State University of Paraíba, Campina Grande – PB, 2014.

The objective of this study was to analyze which intangible assets disclosed by Brazilian companies of industrial goods sector listed on the BM&FBovespa in the years 2011 and 2012. To achieve the main objective, it was necessary to check the types of disclosed intangible assets, identify the representativeness of intangible assets in relation to total assets and present the most representative intangible assets disclosed by industrial companies listed on the BM&FBovespa. For this, the methodology of content analysis of the financial reports of 2011 and 2012 of classified companies was used. The sample was composed of the sector of industrial goods represented in 26 companies listed on the BM&FBovespa in the period 2011-2012. The results showed that the software (73.08%) is the most present intangible asset in entities, although the most monetarily representative is goodwill (responsible for over 90% of the value of intangible account in most of the companies in which it did present). Furthermore, the companies 4, 6 and 15 were identified as the greater participation of intangible assets in relation to total assets, with percentages of 43.38%, 36.26% and 35.37%, respectively. However, future research may consider expanding the sample and applying the same instrument, or even investigate specific issues such as the treatment of the evaluation criteria of intangible assets.

Keywords: Intangible assets. Disclosure. Industrial goods.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S.; GUERRA, L. F. Divulgação das informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para avaliação de investimentos: um estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimentos. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

BRASIL **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 dez. 2007.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos Técnico Contábeis 2011**. Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc_pronunciamentos_2011.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAGIOIA, U. C. T. **Pronunciamentos contábeis na prática**. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES, L. C.; CORDEIRO, P. C.; ALVES, N. M.; FILHO, L. L. S.; MONTEIRO, J. A. M. Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na Bolsa de Valores do Brasil ao CPC 04. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 10., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2013.

MACHADO, J. H.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e governança corporativa no mercado de capitais brasileiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade – UFSC**, Florianópolis, n. 16, p. 89-110, jul.-dez. 2011.

MOURA, G. D.; DALLABONA, L. F.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Boas práticas de governança corporativa e evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 40, p. 7-24, jan.-abr. 2006.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R. Investigação sobre a relação entre ativos intangíveis e variáveis financeiras: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao índice Ibovespa nos anos de 2007 e 2008. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.

SANTOS, I. E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ímpetus, 2005.